



GT 72. Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos

Coordenador(es):

Raquel Mombelli (NEPI)

Cintia Beatriz Muller (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A presente proposta é um convite do Comitê Quilombos ao debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que se seguiram a promulgação da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a regularização dos territórios das comunidades dos quilombos e de reconhecimento sociocultural, inclusão sociopolítica e de promoção da igualdade racial. Propõe-se analisar os retrocessos da política de demarcação e regularização das terras de quilombo e as implicações de sua atual paralisação promovida pelo atual Governo Federal, aos direitos quilombolas e à democracia étnico racial no país. Pretende-se ainda estimular a produção de três tipos de análise: 1º) o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas; 2º) a análise dos conflitos socioambientais deflagrados por grandes projetos nos territórios quilombolas; 3º) Avaliações críticas dos avanços a partir dos instrumentos legais e marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos;

Memórias e tradições culturais: demarcadores de identidades e de territórios quilombolas no Espírito Santo

Autoria: Osvaldo Martins de Oliveira (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Este artigo tem por objetivo analisar as memórias das chamadas "tradições" culturais a partir das narrativas de vida e trajetórias de lideranças e mestres de saberes tradicionais de comunidades quilombolas. A partir do ponto de vista de tais lideranças e mestres, a presente proposta de artigo analisará também suas demandas por direitos étnicos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas de titulação das terras dos quilombos e de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural. Os dados a serem analisados são provenientes do projeto de pesquisa que atualmente coordeno - o "Africanidades transatlânticas: cultura, história e memórias afro-brasileiras a partir do Espírito Santo" - onde, em termos metodológicos, foram realizadas entrevistas, participação e observação em eventos organizados por esses mestres e lideranças, como nos denominados "bailes de congos de São Benedito", "rodas de jongo" e "bandas de congo" (ou simplesmente congo). A partir da análise dos dados, é possível apresentar a síntese de quatro resultados conclusivos preliminares de diferentes dimensões desses eventos festivos tradicionais quilombolas e de suas memórias, a saber: 1º) As memórias de mestres e lideranças remetem aos antigos e novos lugares de realização de eventos festivos em territórios de quilombos no Estado do Espírito Santo, que aqui são analisados como lugares de memórias, de práticas e tradições culturais; 2º) As lembranças de lugares/territórios do passado, bem como das tradições culturais praticadas nesses lugares, são acionadas como elementos demarcadores do pertencimento às comunidades quilombolas e aos seus territórios, configurando-se como símbolos de identificação étnica; 3º) Os eventos festivos podem ser considerados momentos importantes para rever amigos e parentes, bem como para estabelecer e consolidar laços de parentesco, pois neles tem ocorrido acordos de alianças matrimoniais entre os futuros cônjuges e suas famílias; 4º) Nos eventos festivos, sobretudo aqueles dedicados a São Benedito, ocorrem discursos políticos de denúncia de expropriação dos territórios quilombolas, dos descasos das autoridades políticas e governamentais em relação à saúde, à educação e à geração de emprego, não apenas aos quilombolas, mas a todos os brasileiros. Caso a proposta seja aceita, a descrição e análise mais detalhadas dos dados serão



apresentadas no artigo final a ser publicado nos anais da 32ª RBA.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: